



**ESTADO DO PIAUÍ**  
*Assembleia Legislativa*

**PROJETO DE LEI Nº 108** , DE 07 DE JUNHO DE 2022.

EMENDADO NO EXPEDIENTE

Em, 07/06/2022

1º Secretário

*“Reconhece de Utilidade Pública a Associação dos Vendedores de Livros Usados e dá outras providências”.*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,**

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica declarada a Utilidade Pública a *Associação dos Vendedores de Livros Usados*, CNPJ Nº 02.897.662/0001-31, com sede e foro na Cidade de Teresina – PI, Rua Quintino Bocaiuva Nº 635 Centro, Cep 64.000-270.

**Art. 2º** Fica assegurada a entidade de que trata o artigo anterior, todos os direitos e vantagens estabelecidos pela legislação pertinente em vigor.

**Art. 3º** Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina, 07 de Junho de 2022.**

**Fábio Núñez Novo**  
**Deputado com assento pelo PT**



**ESTADO DO PIAUÍ**  
*Assembleia Legislativa*

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição pretende declarar de Utilidade Pública a ***Associação dos Vendedores de Livros Usados***, com sede e foro no município de Teresina – Piauí, onde foi fundada em 26 de Maio de 1997, tem como objetivo contribuir para o fomento e nacionalização das atividades econômicas, sociais, consultoria e culturais.

A referida Fundação está apta a receber o título de utilidade pública, pois funciona desde o ano de 1997, onde presta relevante serviço de interesse aos associados e está em pleno funcionamento conforme pode-se observar pelos documentos apresentados anexos, tudo em conformidade com a Lei nº 5447/2005, que dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Piauí.

Pela razão expostas, solicita-se aos nobres pares desta Casa Legislativa que aprovem a presente proposição.

Assinatura manuscrita de Fábio Núñez Novo.

**Fábio Núñez Novo**  
**Deputado com assento pelo PT**

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 02.897.662/0001-31

**Razão Social:** ASSOCIACAO DOS VENDEDORES DE LIVROS USAD

**Endereço:** RUA QUINTINO BOCAIUVA 635 / CENTRO / TERESINA / PI / 64000-270

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 27/04/2022 a 26/05/2022

**Certificação Número:** 2022042701444996713414

Informação obtida em 10/05/2022 17:55:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.897.662/0001-31</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>06/06/1997</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DOS VENDEDORES DE LIVROS USADOS</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>A. V. L .U</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>R QUINTINO BOCAIUVA</b>	NÚMERO <b>635</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>64.000-270</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>TERESINA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		UF <b>PI</b>
TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>21/12/2006</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **20/05/2022** às **16:36:00** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





**ESTADO DO PIAUÍ**  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"  
NOME

NOME  
GLAICY DO NASCIMENTO ABREU

**FILIAÇÃO**  
JACQUELINE PINTO DO NASCIMENTO ABREU  
E ALBERTO MAGNO FERREIRA DE ABREU

D. NASCIMENTO D. EXPEDIDOR FATOR RH  
16/10/1992 SSP/PI  
NATURALIDADE  
SÃO PAULO - SP

Assinatura do Titular: João de N. Pimenta

TV DO INDI

# CARREIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 045.486.893-62  
REGISTRO GERAL 3107637  
REGISTRO CIVIL  
CERT. CASAMENTO 30654 L 95 F 45  
EXP. TERESINA - PI 15/04/1993

T. ELEITOR/ZONA/SEC

CTPS/SÉRIE/UF

**NIS/PIS/PASESP**  
IDENTIDADE PROFISSIONAL

**CERT. MILITAR**

**CNH**  
\*\*\*

**CNS**  
\*\*\*

**Juarez/Gonçalves de Carvalho**  
**Perito Criminal**

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

**REFORMA DO ESTATUTO  
CONFORME O CÓDIGO CIVIL DE 2002**

CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTA  
REGISTRO Nº 4361  
FOTOGRAMA 118

**ASSOCIAÇÃO DOS VENDEDORES DE LIVROS USADOS DO PIAUÍ - AVLU-PI**  
**CNPJ 02.897.662/0001-31**  
**Fundada em 1993 / Legalmente Constituída em 1997**

Registrada sob o nº 761,  
Data 06 de junho de 1997,  
Livro de Registro de Pessoas Jurídicas A nº 06  
Cartório Themístocles Sampaio, 3º Ofício de Notas.

**CAPÍTULO I  
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINS**

**Art. 1º** – A Associação dos Vendedores de Livros Usados do Piauí também designada pela sigla, AVLU, fundada em vinte e seis de maio de mil novecentos e noventa e sete (1997) é uma Associação Civil, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, regendo-se pelo presente Estatuto, Regimento Interno e Legislação Aplicável.

**Art. 2º** - A Associação terá sua Sede provisória em Teresina e Foro Jurídico na Comarca de Teresina, Estado do Piauí.

**Art. 3º** - A Associação tem por finalidade(s):

- I - Prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados;
- II - Proporcionar assessoria e consultoria em assuntos de natureza técnica, econômica, financeira, contábil, comercial e jurídica quando solicitada pelos sócios.
- III - Fomentar e incentivar o desenvolvimento de uma ação social que vise beneficiar a categoria.

**Art. 4º** - A Associação, na consecução dos seus objetivos, poderá:

- I - Adquirir, construir ou alugar imóveis necessários às suas instalações administrativas;
- II - Firmar convênios ou contratos e articula-se, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades, públicos ou privadas.

**CAPÍTULO II  
DOS ASSOCIADOS  
SEÇÃO I  
DA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO**

**Art. 5º** – A Associação é constituída por número ilimitado de associados, que serão admitidos dentre pessoas idôneas, sem qualquer discriminação, a juízo da Diretoria juntamente com o Conselho Fiscal, submetendo a proposta aos associados.

**Art. 6º** - Podem ingressar na associação, os vendedores de livros usados que concordem com as disposições do Estatuto e Regimento Interno, contribuindo para a consecução dos objetivos da associação.



**Art. 7º - A admissão ficará condicionada:**

- I - A experiência e capacidade técnica de prestação de serviço;**
- II - Aprovação dos associados mediante a proposta com assinatura de quatro membros da Diretoria e Conselho Fiscal;**
- III - Os associados serão cadastrados num Livro de Associados ou através de Fichas de Cadastro;**

**Parágrafo Único.** Somente será válido e consolidado o Cadastro Associativo Registrado em Cartório com assinatura do Presidente juntamente com o Primeiro Secretário e mais dois membros, titulares ou suplentes, da Diretoria ou Conselho Fiscal.

**Art. 8º - A Demissão dar-se-á a pedido do associado de forma escrita, justificando ou não a razão, ao Presidente não podendo este negar.**

**Parágrafo Único.** Permitido o retorno do associado demitido desde que recadastrado.

**Art. 9º - A exclusão do associado dar-se-á por falta grave que justifique sua saída.**

**Art. 10º - Considera-se falta grave, sujeita a penalidade de exclusão, provocar ou causar prejuízo moral ou material a Associação.**

**Parágrafo Único.** Compete privativamente à Assembléia Geral, considerando o motivo grave, a penalidade de exclusão.

**Art. 11º - Será assegurado a todos os associados amplo direito de defesa.**

**Art. 12º - Não será permitido o retorno como associado excluído.**

**Art. 13º - Os associados que descumprirem as determinações do Estatuto, do Regimento Interno, Normas Legais e Resoluções da Diretoria estarão sujeitos as seguintes penalidades aplicadas pela Diretoria:**

- a) Advertência;**
- b) Multa;**
- c) Suspensão.**

## **SEÇÃO II DOS DIREITOS E DEVERES**

**Art. 14º - São direitos dos associados:**

- I - Gozar de todas as vantagens e benefícios que a Associação venha a conceder, exceto direito a ser proprietário de Stand de Venda, salvo o associado a mais de dois (02) anos;**
- II - Votar e ser votado para os cargos eletivos para Diretoria ou Conselho Fiscal, CONCORRENDO a cargo eletivo desde que associado a pelo menos dois (02) anos;**
- III - Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo os assuntos que nelas se tratarem;**
- IV - Consultar todos os Livros de Registro e Documentos da Associação, sempre que solicitado por escrito ao Presidente;**



- V - Solicitar a prestação de contas;
- VI - Convocar a Assembléia Geral e fazer-se nela representar, nos termos e nas Condições previstas neste Estatuto;
- VII - Demitir-se da Associação quando lhe convier.

CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE  
REGISTRO Nº 436  
FOTOGRAFIA 318

**Art. 15º – São deveres dos associados:**

- I – Cumprir as disposições Legais, Estatutárias e Regimentais, bem como as Deliberações Regulamentadas pela Diretoria e/ou pela Assembléia Geral;
  - II – Acatar as determinações da Diretoria, respeitando os compromissos assumidos para com a Associação.
  - III – Pagar pontualmente as contribuições sociais e taxas acordadas pela Associação até o primeiro mês do ano.
- Parágrafo Único.** Não poderá concorrer a Cargo Eletivo o associado inadimplente com as Contribuições Sociais.

**Art. 16º –** Os associados da entidade não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da instituição.

### **CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO**

**Art. 17º –** O Patrimônio da Associação será constituído:

- I - Pelos bens de sua propriedade;
- II - Pelas Contribuições dos seus Associados;
- III - Pelos auxílios, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou particular, nacional ou estrangeiro.

### **CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 18º –** A Associação será administrada por:

- I – Assembléia Geral;
- II – Diretoria; e
- III – Conselho Fiscal.

**Art. 19º –** A Assembléia Geral é o órgão supremo da instituição, constituindo-se dos associados em pleno gozo de seus direitos e dentro dos limites Legais, Estatutários e Regimentais poderá tomar toda e qualquer decisão de interesse comum da Associação.

**Parágrafo Único.** As Deliberações da Assembléia Geral vinculam obrigações a todos os Associados, ainda que Ausentes ou Discordantes.

**Art. 20º –** Compete à Assembléia Geral:

- I – Eleger e empossar a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II – Destituir os administradores;
- III – Excluir associado;
- IV – Apreçar recursos contra decisões da diretoria;
- V – Decidir sobre mudança do objetivo e reforma do Estatuto;
- VI – Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;

Antonio Izidoro Moreira Junior  
Presidente - AVL-U-PI





- VII - Decidir sobre a extinção da entidade;
- VIII - Aprovar as contas;
- IX - Aprovar o Regimento Interno;
- X - Deliberar qualquer assunto de relevância e interesse comum a todos associados;
- XI - Decidir os casos omissos neste Estatuto.

**Parágrafo Único.** Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da Administração ou Fiscalização da Associação, a Assembléia deverá designar Diretores e Conselheiros provisórios até a posse de novos, cuja eleição se fará no prazo de trinta (30) dias.

**Art. 21º** - A Assembléia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, no decorrer do primeiro (1º) trimestre para:

- I - Eleger e empossar os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- II - Apreçar o relatório anual da Diretoria;
- II - Discutir e homologar as contas, o balanço e o orçamento aprovado pela Diretoria e Conselho Fiscal.

**Art. 22º** - A Assembléia Geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

- I - Pelo presidente da Diretoria;
- II - Por qualquer membro da Diretoria;
- II - Pelo Conselho Fiscal;
- III - Por requerimento de 1/5 dos associados quites com as obrigações sociais.

**Art. 23º** - A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede ou onde ocorrer o evento da Instituição, lugares públicos freqüentados, por ofícios ou outros meios convenientes enviados aos associados, com antecedência mínima de sete (07) dias.

**Art. 24º** - Qualquer Assembléia instalar-se-á com o "Quorum" em primeira convocação com dois terços (2/3) dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, uma hora (1h) após a primeira.

**§ 1º** - As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos dos associados presentes, excetuando-se a Exclusão e Reforma do Estatuto que é exigida maioria absoluta de todos os associados da entidade (50% dos associados mais 1).

**§ 2º** - Cada Associado terá direito à um voto, vedada a representação, e a votação será voto secreto salvo deliberação em contrário pela associação.

**Art. 25º** - As deliberações e fatos ocorridos na Assembléia Geral deverão constar em Ata, aprovada e assinada pelos membros da Diretoria presentes, por uma comissão de cinco (05) associados designados pela Assembléia Geral e, ainda, pelos associados presentes.

**Art. 26º** - A Associação será Administrada e Fiscalizada, respectivamente por uma Diretoria e por um Conselho Fiscal, eleitos em Assembléia Geral entre os associados, na forma do Estatuto, para um período de três (03) anos, podendo ser reeleitos por mais de um período consecutivo.

**§ 1º** - As eleições serão realizadas na primeira (1º) quinzena de março;

Antonio Izidoro Moreira Junior  
Presidente - AVLJ-PJ  
CPF: 536.438.873-51



§ 2º - Os eleitos serão empossados automaticamente em primeiro de junho.

Art. 27º - A Diretoria será constituída por seis (06) membros efetivos, com designações do Presidente, do Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros.

§ 1º - O mandato será de três (03) anos permitido a reeleição por mais de um período consecutivo.

§ 2º - Responderão administrativamente perante Assembléia Geral, civilmente e penalmente no judiciário os integrantes da Diretoria ou Conselho Fiscal que por atos lesivos causar dano moral ou material, a terceiros ou a própria Associação, praticados com dolo (intenção) ou por culpa.

§ 3º - É vedada a participação de cônjuges e parentes, consangüíneos ou afins, até o terceiro grau na Diretoria.

Parágrafo Único. Nos impedimentos superiores a noventa (90) dias, ou vagando, a qualquer tempo, algum cargo da Diretoria, os membros deverão convocar a Assembléia Geral para o devido preenchimento.

Art. 28º - Compete à Diretoria:

I - Estabelecer normas, orientar e controlar as atividades e serviços da Associação;

II - Elaborar, analisar, aprovar e executar os planos de atividades;

III - Elaborar e apresentar, à Assembléia Geral, o relatório anual;

IV - Apresentar as contas, o balanço e o plano orçamentário, assim como o valor da mensalidade para os associados para apreciação da Assembléia Geral;

V - Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar ou onerar bens imóveis ou moveis, ceder direitos e constituir mandatários, com expressa autorização da Assembléia Geral;

VI - Deliberar sobre a demissão, advertência, multa ou suspensão do associado;

VII - Analisar e propor à Assembléia Geral;

a. Destituição de cargo Administrativo;

b. Admissão de novos associados; e

c. Exclusão de associado.

IX - Zelar pelo cumprimento das disposições legais, estatutárias, regimentais e deliberações da Assembléia Geral;

X - Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;

XI - Convocar a Assembléia Geral;

Art. 29º - A Diretoria reunir-se-á no uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Presidente, por qualquer um de seus membros, ou por solicitação do Conselho Fiscal.

§ 1º - A Diretoria considerar-se-á reunida com a participação mínima de seus membros titulares ou titulares e suplentes, sendo as decisões tomadas de comum acordo por maioria simples dos presentes.

§ 2º - Será Lavrada a Ata de cada reunião, em livro próprio, no qual serão indicados e assinados os nomes dos que compareceram, validando assim as Resoluções Tomadas.





**Parágrafo Único.** Serão válidas e consolidadas as Resoluções da Diretoria registradas em Cartório com assinatura do Presidente juntamente com o Primeiro Secretário e mais dois membros, titulares ou suplentes, da Diretoria ou do Conselho Fiscal.

**Art. 30º – Compete ao Presidente:**

- I - Representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II – Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III – Convocar e presidir a Assembléia Geral;
- IV – Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V – Assinar, com o primeiro secretário e mais dois membros, titulares ou suplentes, da Diretoria ou do Conselho Fiscal o Registro em Cartório dos Livros de Reuniões, de Cadastros Associativos e as Resoluções da Diretoria.
- VI - Assinar, com o primeiro tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação;

**Art. 31º – Compete ao Vice-Presidente:**

- I – Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II – Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

**Art. 32º – Compete o Primeiro Secretário:**

- I – Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e lavrar ou mandar lavrar atas, tendo sob sua responsabilidade os respectivos Livros e Documentos da Associação;
- II – Elaborar ou manda elaborar relatórios, correspondências, fichas cadastrais e outros documentos indispensáveis a organização da associação;
- III - Publicar todas as notícias das atividades da entidade; e
- IV – Substituir o Vice-Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- V - Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término.

**Art. 33º – Compete ao Segundo Secretário:**

- I – Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II – Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; e
- III – Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao primeiro secretário.

**Art. 34º – Compete ao Primeiro Tesoureiro:**

- I – Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia as obrigações contraídas pela Associação;
- II – Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- III – Apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV – Apresentar o relatório financeiro e orçamentário para ser submetido à Assembléia Geral;
- V – Apresentar no primeiro trimestre de todo ano a prestação de contas a Diretoria, ao Conselho Fiscal e aos demais associados, sob pena de responsabilidade;
- VI – Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VII – Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- VIII – Assinar, com o presidente, todos os cheques ou pagamentos em cartão, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação;



**Art. 35º – Compete ao Segundo Tesoureiro:**

- I – substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

**Art. 36º – O Conselho Fiscal será constituído por dois (02) membros efetivos e dois (02) suplentes eleitos para um mandato de três anos (03) coincidindo com o mandato da Diretoria.**

**Parágrafo Único. É vedada a participação de cônjuges e parentes, consangüíneos ou afins, até o terceiro grau no Conselho Fiscal.**

**Art. 37º – Compete ao Conselho Fiscal:**

- I – examinar os livros de escrituração da entidade;
- II – examinar a prestação de conta e o orçamento apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- III – opinar em quaisquer assuntos relevantes para associação.
- IV – deliberar Juntamente com a Diretoria conforme disposições legais, estatutárias e regimentais.

#### **CAPÍTULO – V DA DISSOLUÇÃO**

**Art. 38º A Associação será dissolvida (extinta), por vontade da maioria dos associados quando se tornar impossível a continuação de suas atividades, em qualquer tempo, desde que convocada uma Assembléia Geral Extraordinária para tal fim.**

#### **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 39º – As atividades dos Diretores e Conselheiros, bem como as dos associados, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.**

**Art. 40º – A instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.**

**Art. 41º - O presente Estatuto foi criado e aprovado em Assembléia Geral de Constituição realizada em vinte e seis de maio de mil novecentos e noventa e sete (1997), Registrada sob o nº 761, Data 06 de junho de 1997, Livro de Registro de Pessoas Jurídicas A nº 06, Cartório Themístocles Sampaio, 3º Ofício de Notas na qual foram também eleitos os primeiros membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, provisório ou não, cujos mandatos terminaram em 1998.**

**Art. 42º – O presente estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu Registro em Cartório.**

Antonio Izidoro Moreira Junior  
Presidente - AVLJ-PI  
CNE. 202.428.872 E3



Art. 43º - O Regimento Interno será Constituído com base neste Estatuto por Membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, baixado sob a forma de Resolução.

Art. 44º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

O Presente Reforma do Estatuto foi aprovado pela Assembléia Geral realizada no dia dez de novembro de dois mil e doze (10/11/2012).

Teresina-PI, ...10 de Novembro de 2012.

Antônio Izidoro Moreira Junior  
Antônio Izidoro Moreira Junior  
Presidente da AVL-PI

Leandro Resende Rêgo  
Leandro Resende Rêgo  
Vice-Presidente da AVL-PI

Ruth Miranda Batista Barbosa  
Ruth Miranda Batista Barbosa  
Primeira Secretária da AVL-PI

Nara Keyane Lima Alcântara Porto  
Dr.ª Nara Keyane Lima Alcântara Porto  
Advogada, OAB / PI Nº 9163

Cartório  
Themístocles  
Sampaio  
3º Ofício de Notas

TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS  
TITULAR - ANATÁLIA GONÇALVES DE SAMPAIO PEREIRA  
RUA LIZANDRO NOGUEIRA, 1223 CENTRO - CEP: 64000-200 - TERESINA-PI  
Fone: (0800) 3221-7888 - E-mail: atendimento@cartoriosampaio.com.br

CARTÓRIO THEMÍSTOCLES SAMPAIO  
3º Ofício de Notas  
Elizabeth do Vale  
Escritora Compromissada  
Teresina-PI

OFÍCIO DE NOTAS  
3º

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA AS FIRMAS DE: ANTONIO IZIDORO MOREIRA JUNIOR e LEANDRO RESENDE REGO. DOU FE. TERESINA-PI, 26/11/2013. EM TEST. da Verdade

Elizabeth do Vale Escritora Autorizada

Empl. 104.52 Tab. 0.52 Selo 0.52 Total: 105.56 37/10053626112013/101

Cartório  
Themístocles  
Sampaio  
3º Ofício de Notas

TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS  
TITULAR - ANATÁLIA GONÇALVES DE SAMPAIO PEREIRA  
RUA LIZANDRO NOGUEIRA, 1223 CENTRO - CEP: 64000-200 - TERESINA-PI  
Fone: (0800) 3221-7888 - E-mail: atendimento@cartoriosampaio.com.br

CARTÓRIO THEMÍSTOCLES SAMPAIO  
3º Ofício de Notas  
Elizabeth do Vale  
Escritora Compromissada

OFÍCIO DE NOTAS  
3º

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE: RUTH MIRANDA BATISTA BARBOSA. DOU FE. TERESINA-PI, 26/11/2013. EM TEST. da Verdade

Elizabeth do Vale Escritora Autorizada

Empl. 104.23 Tab. 0.23 Selo 0.23 Total: 104.71 37/10053626112013/104

Cartório  
Themístocles  
Sampaio  
3º Ofício de Notas

TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS  
TITULAR - ANATÁLIA GONÇALVES DE SAMPAIO PEREIRA  
RUA LIZANDRO NOGUEIRA, 1223 CENTRO - CEP: 64000-200 - TERESINA-PI  
Fone: (0800) 3221-7888 - E-mail: atendimento@cartoriosampaio.com.br

CARTÓRIO THEMÍSTOCLES SAMPAIO  
3º Ofício de Notas  
Elizabeth do Vale  
Escritora Compromissada

OFÍCIO DE NOTAS  
3º

REGISTRADO EM PESSOA JURÍDICA  
PROTOCOLO REGISTRO RPJ N.º 4361

SUB FORMA DE MICROFILMAGEM, CONFORME AS LEIS 6.015/73 E 5.433/68.

Empl. 114.60 Tab. 9.61 Selo 0.60 Total: 114.71 (Chave: 267)

Tab. 9.61

Escritora Autorizada

CARTÓRIO THEMÍSTOCLES SAMPAIO  
3º Ofício de Notas

Antônio Izidoro Moreira Junior  
Presidente - AVL-PI  
CPF: 536.438.873-53



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO DOS VENDEDORES DE LIVROS USADOS**  
**CNPJ: 02.897.662/0001-31**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 11:18:12 do dia 20/05/2022 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 16/11/2022.

Código de controle da certidão: **3485.A635.3D0B.F99E**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO

# Diário Oficial



ANO XCII - 133ª DA REPÚBLICA

Teresina(PI) - Quinta-feira, 19 de maio de 2022 • Nº 96

## LEIS E DECRETOS

### DECRETO Nº 21.052, DE 19 DE MAIO DE 2022

Reenquadramento do servidor **Francisco Antonio da Silva**, do quadro de pessoal da Secretaria da Cultura – SECULT, de acordo com a Lei nº 6.560, de 22 de julho de 2014, em consonância com a Lei Complementar nº 038, de 24 de março de 2004.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, V e XIII, do art. 102, da Constituição Estadual, e considerando os termos do Ofício Nº: 1371/2022/SEADPREV-PI/GAB/CAPOIOGAB, de 28 de abril de 2022, da Secretaria da Administração e Previdência, registrado no Processo nº 00002.000551/2022-77,

#### DECRETA:

Art. 1º Reenquadramento do servidor **Francisco Antonio da Silva**, do quadro de pessoal da Secretaria da Cultura – SECULT, de acordo com a Lei nº 6.560, de 22 de julho de 2014, em consonância com a Lei Complementar nº 038, de 24 de março de 2004, na forma do Anexo Único deste Decreto:

#### ANEXO ÚNICO

MAT.	SERVIDOR	CARGO DO REENQUADRAMENTO	GRUPO DO REENQUADRAMENTO	CLAS. ATUAL	PAD. ATUAL	CLAS. REENQ.	PAD. REENQ.
006924-8	FRANCISCO ANTONIO DA SILVA	TÉCNICO AUXILIAR	AGENTE TÉCNICO DE SERVIÇO	II	A	III	E

Art. 2º O reenquadramento previsto no art. 1º deste Decreto implicará em impacto financeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 19 de maio de 2022.

**Maria Regina Sousa**  
Governadora do Estado do Piauí

**Antonio Rodrigues de Sousa Neto**  
Secretário de Governo

**Ariane Sídia Benigno Silva Felipe**  
Secretária de Administração e Previdência

### DECRETO Nº 21.053, DE 19 DE MAIO DE 2022

Progressão da servidora **Isla Rafaela Alcântara Silva**, do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde, de acordo com a Lei nº 6.201/2012.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, V e XIII, do art. 102, da Constituição Estadual, e considerando os termos do Ofício Nº: 1331/2022/SEADPREV-PI/GAB/CAPOIOGAB, de 22 de abril de 2022, da Secretaria da Administração e Previdência; o contido no MEMO. DPPE. SEADPREV. S/Nº, de 07 de abril de 2022, da Diretoria de Promoção, Progressão e Enquadramento da SEADPREV, registrados no Processo nº 00002.002383/2022-54,

#### DECRETA:

Art. 1º Progressão da servidora **Isla Rafaela Alcântara Silva**, do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde, de acordo com a Lei nº 6.201/2012, na forma do Anexo Único deste Decreto:

#### ANEXO ÚNICO

MAT.	NOME	CARGO	GRUPO	CLAS. ATUAL	PAD. ATUAL	CLAS. PROG.	PAD. PROG.
332468-X	ISLA RAFAELA ALCÂNTARA SILVA	TÉCNICO EM PATOLOGIA CLÍNICA	Ocupacional de Nível Médio	I	A	I	B

Art. 2º A progressão prevista no art. 1º deste Decreto implicará em impacto financeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 19 de maio de 2022.

**Maria Regina Sousa**  
Governadora do Estado do Piauí

**Antonio Rodrigues de Sousa Neto**  
Secretário de Governo

**Ariane Sídia Benigno Silva Felipe**  
Secretária de Administração e Previdência





**ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL CREDENCIADAS PELA  
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS  
HUMANOS (SASC), CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2019  
(ART. 11, INCISO IV DO DECRETO ESTADUAL Nº 17.083, DE 03 DE ABRIL DE 2017).**

Item	Nome da OSC	CNPJ	Período de validade da habilitação
01	Associação dos Moradores do Povoado Brejo Grande	41.522.848/0001-68	Credenciamento com validade de dois anos, contada a partir da data de publicação.

Teresina (PI), 17 de maio de 2022.

**José Ribamar Noleto de Santana**  
Secretário  
Of. 349

**JJG IMOVEIS LTDA**, CNPJ 23.840.112/0001-56, torna público que solicitou a SEMAR a Licença de Operação de Regularização do empreendimento denominado Serra Vermelha, no município de Sebastião Leal - PI.

**P. P. 6992**

**WM JUNIOR LOCACAO DE MAQUINAS AGRICOLAS**, CNPJ: 10.926.330/0001-66, torna público que REQUEREU da Sec. de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Teresina/PI - SEMAM, a Licença de Operação para a ativ. de extração de argila, loc. em frente ao Pq. Brasil, Cerâmica Santana, Teresina - PI.

**NAZARIA MINERACOES LTDA**, inscrita no C.N.P.J.: 15.293.706/0001-66, torna público que REQUEREU da Sec. de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Teresina/PI - SEMAM, a Licença Prévia, Extração, Instalação e Operação para a ativ. de extração de argila, na localidade Salobre, propriedade Sumaré, município de Teresina-PI.

**P. P. 6993**

**AMAZONAERO AGRICOLA EIRELI**, CNPJ: 09.242.832/0001-99, torna público que REQUEREU à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí - Semar/PI a Licença de Operação de Regularização para a atividade aviação agrícola de pulverização e serviços associados à manutenção de plantio a ser operada na Fazenda Laranjeiras, localizada na Rodovia Transcarrado, s/nº, Zona Rural, no município de Currais do PI, conforme o Processo LO-R.02447-0/2022.

**PLENAERO AVIACAO AGRICOLA LTDA**, CNPJ: 27.377.494/0001-84, torna público que REQUEREU à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí - Semar/PI a Licença de Operação de Regularização para a atividade aviação agrícola de pulverização e serviços associados à manutenção de plantio a ser operada na Fazenda Laranjeiras, localizada na Rodovia Transcarrado, s/nº, Zona Rural, no município de Currais do PI, conforme o Processo LO-R.02472-9/2022.

**P. P. 6995**

**A NEO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**, CNPJ 12.227.426/0001-61, torna público que recebeu da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí, a renovação de Licença Prévia, para a Linha de Transmissão 500kV Bonito, localizada nos municípios de Lagoa do Barro do Piauí e Queimada Nova, com validade de dois anos.

**P. P. 6996**

## EDITAL DE LICENCIAMENTO

**A CULTIVO AGRÍCOLA ALVORADA LTDA**, torna público que REQUEREU da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR, o pedido de LICENÇA DE INSTALAÇÃO do Projeto Agrícola da FAZ. NAZARÉ localizada no município de Santa Filomena - PI.

## EDITAL DE LICENCIAMENTO

**AEMAFLOR EMPREENDIMENTOS RURAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA E OUTROS**, torna público que REQUEREU da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR, o pedido de LICENÇA DE INSTALAÇÃO do Projeto Agrícola do CONDOMÍNIO FAZENDA TROPICAL E EMAFLOR localizada no município de Baixa Grande do Ribeiro - PI.

**P. P. 6997**

**A OITIS 7 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**, CNPJ 34.211.395/0001-93, torna público que recebeu da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí (SEMAR) a Licença de Operação (LO), do Parque Eólico Oitis 7 para geração de energia no município de Dom Inocêncio, Piauí, com validade de 4 anos.

**A OITIS 8 ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**, CNPJ 34.211.894/0001-80, torna público torna público que recebeu da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí (SEMAR) a Licença de Operação (LO), do Parque Eólico Oitis 8 para geração de energia no município de Dom Inocêncio, Piauí, com validade de 4 anos.

**P. P. 6999**

**Antônio Rosa Dos Santos ME**, CNPJ: 23.815.683/0001-30, torna público que requereu da Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR-PI, as Licenças Ambientais: Prévia, Instalação e Operação, para a Extração de Areia, na localidade Coroatá, Zona Rural do município de Massapê do Piauí-PI.

**Mineradora Santos Eireli**, CNPJ: 42.064.783/0001-17, torna público que requereu da Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR-PI, as Licenças Ambientais: Prévia, Instalação e Operação, para a Extração de Areia, na localidade Coroatá, Zona Rural do município de Massapê do Piauí-PI.

**P. P. 7001**

**ATACADAO S.A.** - torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAM-Picos, a renovação da Licença Ambiental de Operação para Comércio Varejista de mercadorias em Geral, com Predominância de Produtos Alimentícios - Hipermercados, localizado na Avenida Deputado Raimundo de Sá Urtiga, Nº 2869, Bairro Bomba, Picos-PI.

**CJ INDUSTRIA CERAMICA LTDA - CERAMICA CANELAS** torna público que requereu à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR, a Renovação da Licença de Operação para Fabricação de Artigos de Material Cerâmico em geral, localizada na Comunidade Tamboril, Zona Rural do Município de Sussuapara-PI. Foi determinado um Relatório de Desempenho Ambiental.

**P. P. 7002**

## EXTRATO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS VENDEDORES DE LIVROS USADOS DO PIAUÍ

**FINALIDADE:** Constituir a ASSOCIAÇÃO DOS VENDEDORES DE LIVROS USADOS, doravante denominado - AVL, fundada em 06 de maio de 1997 com sede no foro nessa capital, Teresina - PI. Na forma de associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins econômicos, a fim de executar ações e prestações de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados em geral etc. Regendo - se pelo presente estatuto, mediante regimento interno e legislação aplicável.

**P. P. 7005**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA FEDERAL

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 54621192022

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado\* em nome de **MARINALVA DA SILVA SOUSA**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de SEVERINO DA CRUZ e ISABEL PEREIRA DA SILVA CRUZ, nascido(a) aos 11/07/1975, natural de MIGUEL ALVES/PI, documento de identificação 1374463 SSP/PI, CPF 652.646.813-68.

**Observações:**

- 1) \*Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 12:49 de 23/05/2022



54621192022





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA FEDERAL

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 58115062022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado\* em nome de **VIVIAM NATALIA DA COSTA FONTINELE PINTO**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de **VALTER RIBEIRO FONTINELE** e **MARIA GORETE DA COSTA FONTINELE**, nascido(a) aos 06/06/1986, natural de TERESINA/PI, documento de identificação IDENTIDADE TERESINA/PI, CPF 025.188.313-20.

**Observações:**

- 1) \*Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 13:03 de 01/06/2022



58115062022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA FEDERAL

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**  
Nº 54232032022

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado\* em nome de **IVONE MARQUES DE CARVALHO NORONHA**, documento de identificação 4862027 SSP/PI, CPF 088.342.218-26.

**Observações:**

- 1) \*Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 07:15 de 21/05/2022



54232032022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA FEDERAL

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**  
Nº 50459882022

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado\* em nome de **GLAICY DO NASCIMENTO ABREU**, CPF 045.486.893-62.

**Observações:**

- 1) \*Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. “Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes”;
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 19:39 de 11/05/2022



50459882022





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA FEDERAL

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**  
Nº 50457032022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado\* em nome de **WILMARLENE ARAUJO NORONHA LIMA**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de FRANCISCO ARAUJO LO e FRANCISCA FERNANDES LO, nascido(a) aos 13/11/1970, natural de TERESINA/PI, documento de identificação 1111393 SSP/PI, CPF 421.018.163-34.

**Observações:**

- 1) \*Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. “Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes”;
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 19:32 de 11/05/2022



50457032022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA FEDERAL

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**  
Nº 54548242022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado\* em nome de **SILVINA MARIA REMANSO MARQUES**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de JOSE MARIA MARQUES e DIVA MARIA REMANSO MARQUES, nascido(a) aos 24/03/1972, natural de TERESINA/PI, documento de identificação IDENTIDADE TERESINA/PI, CPF 396.079.843-15.

**Observações:**

- 1) \*Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 10:51 de 23/05/2022



54548242022





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA FEDERAL

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**  
Nº 54552362022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado\* em nome de **MARIA DE JESUS ARAUJO DE MELO**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA DE ARAUJO e TERESA FRANCISCA DE ARAUJO, nascido(a) aos 28/06/1961, natural de PARNAIBA/PI, documento de identificação IDENTIDADE TERESINA/PI, CPF 642.805.513-91.

**Observações:**

- 1) \*Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 10:57 de 23/05/2022



54552362022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA FEDERAL

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 54174522022

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado\* em nome de **MARIA DO SOCORRO SOUSA MACEDO**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de VICENTE GREGORIO DE SOUSA e BERNARDA FERREIRA DE SOUSA, nascido(a) aos 03/08/1969, natural de BURITI DOS LOPES/PI, documento de identificação 1005033 SSP/PI, CPF 373.184.033-20.

**Observações:**

- 1) \*Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 19:26 de 20/05/2022



54174522022